

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS - CNPJ/MF: 00.624.964/0001-00 - NIRE:1330000489-4									
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido					
				Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023 (Reapresentado)			
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	230.195	193.222	Fornecedores	10	53.012			
Aplicações financeiras	4	44.086	29.716	Obrigações contratuais	11	23.136			
Contas a receber	5	58.195	459.190	Obrigações trabalhistas	12	6.678			
Créditos contratuais	6	32.367	30.891	Impostos e contribuições a recolher	13	15.764			
Estoque		2.633	2.608	Impostos diferidos	23	1.714			
Impostos e contribuições a recuperar	7	10.451	8.415	Dividendos a pagar	16	56.128			
Outros créditos		1.245	1.037	Convênio Eletrobras a pagar	14	143.183			
Total dos ativos circulantes		379.154	725.079	Passivo de arrendamento	15	1.238			
Não circulante				Outras contas a pagar		177			
Realizável a longo prazo				Total dos passivos circulantes		301.030			
Contas a receber	5	2.173.301	2.244.234	Não circulante		675.181			
Créditos contratuais	6	2.392.036	2.406.540	Fornecedores	10	2.688.339			
Impostos e contribuições a recuperar	7	12.558	25.066	Obrigações contratuais	11	2.212.273			
Depósitos judiciais	17	1.696.955	1.338.373	Impostos e contribuições a recolher	13	22.535			
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	22	319.675	206.045	Provisão para contingências	17	1.243.370			
Outros créditos		945	1.275	Impostos diferidos	23	344.867			
Total		6.595.470	6.221.532	Passivo de arrendamento	15	8.948			
Ativo de direito de uso	8	9.924	10.627	Total dos passivos não circulantes		6.520.332			
Intangível	9	351.828	319.497	Patrimônio líquido	16	341.765			
Total do ativo não circulante		6.947.299	6.541.029	Capital social		163.325			
Total do ativo		7.326.452	7.266.108	Reservas de lucros		505.090			
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				Total do patrimônio líquido		7.326.452			
				Total do passivo e patrimônio líquido		7.266.108			
Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
Receita operacional líquida	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023						
Receita de vendas	18	3.501.691	3.347.122						
Receita de construção	18	51.346	55.353						
		3.553.037	3.402.474						
Custo das vendas	19	(3.302.423)	(3.153.662)						
Custo dos produtos vendidos	19	(51.346)	(55.353)						
Custo de construção		199.268	193.460						
Lucro bruto									
Receitas/(despesas) operacionais									
Despesas gerais e administrativas	19	(52.063)	(48.179)						
Outras receitas e despesas	20	29.724	(3.305)						
Lucro antes do resultado financeiro		176.529	141.976						
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	21	76.898	85.455						
Despesas financeiras	21	(89.073)	(88.373)						
Total		164.554	139.057						
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social									
Imposto De Renda e Contribuição Social									
Corrente	22	(169.810)	(151.408)						
Diferido	22	113.630	103.984						
Incentivo Fiscal Sudam	22	88.910	76.811						
Total		32.730	29.388						
Lucro líquido do exercício		197.284	168.445						
Lucro por ação básico e diluído (em Reais)									
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.									
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)									
	Capital social	Reserva Legal	Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	230.982	37.419	33.972	10.566	0,00	312.939			
Capitalização de reservas	33.972	-	(33.972)	-	-	-			
Distribuição dos dividendos adicionais de 2022, aprovados na AGO de 2023	-	-	-	(10.566)	-	(10.566)			
Lucro líquido do período	-	-	-	-	168.445	168.445			
Destinação do lucro do período:									
Constituição de reservas:									
Reserva legal	-	8.422	-	-	(8.422)	-			
Reserva de incentivo fiscal - Sudam	-	-	76.811	-	(76.811)	-			
Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento	-	-	-	-	-	-			
Reserva de dividendos adicionais propostos	-	-	-	20.803	(20.803)	-			
Distribuição de dividendos:									
Dividendos intermediários distribuídos com base no lucro do 1o semestre de 2023	-	-	-	(10.007)	(10.007)	-			
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,8798)	-	-	-	(0)	(0)	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	264.954	45.841	76.811	10.796	(0)	398.403			
Capitalização de reserva de incentivos fiscais	76.811	-	(76.811)	-	-	-			
Distribuição dos dividendos adicionais de 2023, aprovados na AGO de 22/02/2024	-	-	-	(10.796)	-	(10.796)			
Lucro líquido do período	-	-	-	-	197.284	197.284			
Destinação do lucro:									
Constituição de reservas:									
Reserva legal	-	9.864	-	-	(9.864)	-			
Reserva de incentivo fiscal - Sudam	-	-	86.915	-	(86.915)	-			
Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento	-	-	1.995	-	(1.995)	-			
Reserva de dividendos adicionais propostos	-	-	-	18.709	(18.709)	-			
Distribuição de dividendos:									
Dividendos intermediários distribuídos com base no lucro do 1o semestre/24, aprovados na AGE de 23/08/24	-	-	-	-	(5.918)	(5.918)			
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 1,0415)	-	-	-	-	(73.886)	(73.886)			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	341.765	55.706	88.910	18.709	(0)	505.090			
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.									
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Reapresentado) (Em milhares de Reais)									
1. Informações sobre a companhia									
A Companhia de Gás do Amazonas –CIGÁS (“Companhia” ou “CIGÁS”) é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com autonomia administrativa e financeira, criada mediante autorização da Lei Estadual nº 2.325, de 8 de maio de 1995. A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxí-reduzidor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos, a partir de 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial, autorizada pela Lei Estadual nº 3.690, de 21 de dezembro de 2011, e pelo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, assinado em 6 de junho de 2013.									
1.1 Contexto e aspectos operacionais									
Em 6 de junho de 2016, a Companhia assinou, concomitantemente, contratos com a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS (“contrato upstream”) e com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE (“contrato downstream”), ambos com intervenção das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS e das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, cujo objeto foi a compra e venda de gás natural para fins de geração termelétrica durante um prazo de 20 anos, contados a partir do início do fornecimento comercial (01/12/2010), com quantidade contratada de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia. Em consequência do contrato assinado com a Amazonas Energia, a Companhia firmou, em dezembro de 2016, com a ELETROBRAS, Convênio de Cooperação Técnica e Financeira (COV-205/2006), para viabilizar a construção dos ramais de distribuição de gás. Vide nota explicativa nº 14.									
A partir de 1º de dezembro de 2015, conforme procedimentos estabelecidos na cláusula 4 dos referidos Contratos, a quantidade contratada foi reduzida para o volume de 5.420.000 (cinco milhões, quatrocentos e vinte mil) metros cúbicos por dia, e a diferença entre a quantidade originalmente contratada e a quantidade vigente a partir de 1º de dezembro de 2015, ou seja 80.000 (oitenta mil) metros cúbicos por dia, foi alocada para outro contrato não termelétrico, que a Companhia firmou com a sua supridora (PETROBRAS).									
Em 3 de dezembro de 2018, a CIGÁS firmou o 3º, 4º e 5º “Termos Aditivos” ao Contrato OC 1.902/2006, bem como o “Termo de Cessão do Downstream, em que se transferiu a posição contratual da Amazonas Energia para a Amazonas GT (“AmGT”). Acerca dos referidos instrumentos, se faz pertinente destacar que o 5º aditivo contempla:									
(i) A quitação imediata do valor da “Parcela da Margem” em aberto, na ordem de R\$ 16.632.452,93 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos);									
(ii) A prioridade de pagamento do PIS e da COFINS, quando da realização de pagamento parcial, pela AmGT, de qualquer documento de cobrança emitido pela CIGÁS relacionado ao Contrato Downstream;									
(iii) A constituição de “Conta Vinculada” (“escrow account”), que concentra o fluxo de recebimentos de toda a receita operacional da AmGT, como garantia cumulativa à garantia fidejussória prestada pela ELETROBRAS;									
(iv) A prioridade de pagamento da “Parcela da Margem”, pela AmGT;									
(v) A implantação do mecanismo do “Galtilho” quando da inadimplência em prazo superior a 4 meses. Nesse caso, quando da realização de qualquer pagamento, a CIGÁS terá prioridade no recebimento da “Parcela da Margem”;									
(vi) Depósito na conta bancária da CIGÁS dos reembolsos dos valores que a AmGT devolveu contra a CDE/CCC a título de ressarcimento de gás;									
(vii) O recebimento dos valores pertinentes à recuperação da receita relativa ao diferimento da “Margem” a partir de 1º de dezembro de 2018, quando se estabeleceu que os pagamentos serão realizados mensalmente, pela AmGT;									
(viii) A “Parcela do Transporte” será equiparada à “Tarifa do Transporte”, homologada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, o que representará maior competitividade para o Gás Natural;									
(ix) A inclusão da UTE Mauá 3, com a apresentação de garantia financeira de 1 (um) mês de fornecimento, com o registro do compromisso, pela AmGT, em petição ao juízo requerendo a extinção das ações em curso (MAUÁ 3 – COMISSONAMENTO E TESTES E MAUÁ 3 – OPERAÇÃO COMERCIAL).									
Acerca das ações em referência, ressalta-se que a Ação denominada MAUÁ 3 – OPERAÇÃO COMERCIAL, foi extinta, sem julgamento do mérito, em 3 de outubro de 2019. Em relação à Ação MAUÁ 3 – COMISSONAMENTO E TESTES foi interposto recurso especial, pela CIGÁS, tendo sido julgado improvido, pelo STJ, com trânsito em julgado em 22 de setembro de 2022. Em 5 de novembro de 2019, a CIGÁS recebeu a Carta CTA-DF- 3223/2019, datada de 31 de outubro de 2019, da ELETROBRAS, dando ciência sobre a assinatura do documento “Instrumento de Acordo” firmado entre a PETROBRAS, a AmE, a ELETROBRAS e a AmGT, datado de 3 de dezembro de 2018. A CIGÁS não participou das tratativas para formalização do referido instrumento, bem como não foi signatária do referido Termo. Após tomar ciência do teor da informação contida na retomecionada Carta, e diante dos valores envolvidos, a Administração da Companhia indicou a necessidade de obtenção de esclarecimentos sobre a origem dos valores referenciados no instrumento. Considerando que os mesmos afetam o Contas a Pagar, Contas a Receber e Tributos (PIS, COFINS, IR e CSLL) contidos na escrituração contábil da CIGÁS, foi emitida a Carta DIRAF – 157/2019, datada de 19 de novembro de 2019, protocolada na AmE, solicitando informações detalhadas acerca dos valores, objeto da transação, as quais não foram recebidas pela Companhia, até a data do encerramento das Demonstrações Contábeis CDE/CEIRC 0022/2023, de 28 de novembro de 2023, e CDE/CEIRC/CC 0049/2023, de 28 de dezembro de 2023, informado alteração do preço de fornecimento de gás, tendo por base o item 5.2 do referido Contrato que prevê, a partir de 1º de dezembro de 2023, que o reajuste do preço de venda do gás seria equivalente ao preço de venda do óleo combustível OCA01 para a Região Norte. Considerando que o preço do gás natural, na condição determinada pela PETROBRAS, afetaria a competitividade do mercado local, e buscando o reequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de suprimento, em 16 de janeiro de 2024, foi firmado “Termo de Confidencialidade” entre a Companhia e a AmGT, com validade até o dia 21 de março de 2024 e, posteriormente prorrogado até o dia 28 de maio de 2024, visando a negociação amigável para repactuação dos termos e condições comerciais do Contrato em questão, por conseguinte, a celebração de termo aditivo ao Contrato. Cabe ressaltar que, durante o período de negociações com a PETROBRAS, a CIGÁS não repassou aos clientes do mercado não termelétrico o reajuste do preço do gás sinalizado pela PETROBRAS através das correspondências supramencionadas. PETROBRAS e CIGÁS chegaram a um consenso com relação às novas condições comerciais e para a assinatura do termo aditivo ao Contrato de Suprimento Não Termelétrico, se fez necessário, inicialmente, celebrar um “Termo de Encerramento de Pendências” (TEP), com o objetivo de tratar a diferença do valor parcialmente pago pela CIGÁS referente às notas fiscais emitidas pela PETROBRAS do gás natural fornecido no período compreendido entre 1º de dezembro de 2023 e 31 de julho de 2024. Em 28 de agosto de 2024 foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Contrato em questão, que, além do preço do gás natural, ajustou também as quantidades contratadas e o prazo de vigência que									
foi prorrogado até 31 de dezembro de 2045. Com relação ao preço do gás, as Partes acordaram em utilizar a mesma metodologia de cálculo da parcela da commodity (molécula) praticada pela PETROBRAS para as outras distribuidoras do Brasil, que consiste em indexar a referida parcela ao valor do petróleo (Brent) e ao dólar. Portanto, a partir de agosto de 2024, o reajuste da molécula do gás passou a ser atualizada trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, de acordo com um percentual do preço do Brent e pela taxa de câmbio comercial de venda do dólar norte americano. Não houve alteração da parcela do transporte do gás, permanecendo o valor homologado pela ANP. Em 30 de agosto de 2024, foi emitido, pela CIGÁS, um comunicado aos Clientes sobre a mudança do preço do Gás Natural - GN e a recuperação da parcela do preço pago e não repassado ao mercado, referente ao período compreendido entre dezembro de 2023 e julho de 2024. Ficou decidido, pela Administração da Companhia, que o repasse será feito em nove parcelas, contadas a partir de setembro de 2024, com a correção dos valores pelo mesmo índice que consta no “Termo de Encerramento de Pendências” (TEP) com a Petróbras (IGPM + Juros de 11%). O parcelamento teve como objetivo minimizar o impacto financeiro, para os clientes, do período não repassado (período compreendido entre dezembro de 2013 e julho de 2024). No tocante ao TEP, a CIGÁS, em 04 de setembro de 2024, compõe obrigações pactuadas, realizou o pagamento do valor de R\$ 5.414.273,78 (cinco milhões quatrocentos e quatorze mil duzentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos), referente ao valor devido (diferença entre o valor ajustado e o valor pago pela CIGÁS) do período compreendido entre janeiro e julho de 2024. Em dezembro de 2024, o processo do TEP foi finalizado com a emissão, pela Petrobras, dos últimos documentos pendentes (nota fiscal complementar e carta de crédito). Em 11 de agosto de 2020, a CIGÁS celebrou, com a ENEVA e com a AZULÃO, GERAÇÃO DE ENERGIA, Contratos de Compra e Venda de Gás Natural que disciplinam o fornecimento de gás natural durante o prazo de 15 anos, os quais possuem os seguintes objetos: • Contrato de Fornecimento ENEVA-CIGÁS, com intervenção-anuência da AZULÃO (“contrato upstream”): venda pela ENEVA a compra pela CIGÁS do gás natural extraído pela ENEVA, na bacia sedimentar do rio Amazonas, para fins exclusivos de atendimento ao objeto do Contrato CIGÁS-AZULÃO; • Contrato de Fornecimento CIGÁS-AZULÃO (“contrato downstream”): com intervenção-anuência da ENEVA: venda pela CIGÁS a compra pela AZULÃO do gás natural produzido pela ENEVA-CIGÁS, para fins exclusivos de (i) liquefação na UGNL (Unidade de Liquefação de Gás Natural) para atendimento da UTE Jaguaçueta II, localizada em Boa Vista-RR; e (ii) autogeração de energia elétrica com objetivo único de atendimento das instalações da ENEVA e da AZULÃO, incluindo suas AFILIADAS, localizadas no município de Silves, Estado do Amazonas. Em junho de 2021, foi iniciado o fornecimento de gás natural para o empreendimento em referência. Em 27 de abril de 2021, a CIGÁS celebrou contrato de fornecimento com a PETROBRAS, cujo objeto consiste na distribuição de gás natural para o atendimento aos projetos vencedores do “Lote II - Amazonas” do Leilão para Suprimento aos Sistemas Isolados, realizado em 30 de abril de 2021 (“CONTRATO PETROBRAS-CIGÁS”). A empresa, Usina Xavantes, sagrou-se vencedora do Lote II do certame para atendimento das localidades de Anori, Anamã, Caapiranga, Codajás e Novo Remanso, através de projetos de empreendimentos de geração termelétrica a gás natural. Assim, considerando as prerrogativas da CIGÁS, como Concessionária dos serviços públicos de gás canalizado do estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2021, CIGÁS e Usina Xavantes assinaram o instrumento contratual que disciplina as condições técnicas e comerciais do fornecimento às Usinas Termelétricas (UTES) previstas para serem instaladas nos municípios supracitados (“CONTRATO CIGÁS-XAVANTES”). O início do fornecimento estava previsto para abril de 2023, contudo a Usina Xavantes por meio de notificação expedida à ANEEL, em julho de 2022, declarou à referida agência reguladora a sua opção pelo exercício da prerrogativa contratual de resolução do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Sistema Isolado (“CCESII”), em face do inadimplemento da Amazonas Distribuidora de Energia (“AmD”) quanto à obrigação de prestar garantias financeiras. Em 17 de março de 23, PETROBRAS, CIGÁS e USINA XAVANTES assinaram “Acordo de Confidencialidade” que tem por objeto disciplinar a confidencialidade, o tratamento, o uso e a divulgação das “Informações Confidenciais”, pelas partes divulgadoras, no curso das atividades de negociação uma possível “composição amigável” para resilição dos contratos de fornecimento de gás natural PETROBRAS-CIGÁS e CIGÁS-XAVANTES, em face da manifestação da Usina Xavantes de que não pretende dar continuidade à implantação dos projetos vencedores do LEILÃO. Considerando que a Usina Xavantes não construiu as usinas termelétricas e nem mesmo preparou o terreno/área para construção e montagem da rede de distribuição de gás natural, Petrobras e CIGÁS emitiram as notas de débito referentes aos compromissos de entrega de gás de abril/2023 (take or pay or ship or pay), mas a Usina Xavantes não pagou, forçando a CIGÁS a desembolsar R\$ 242 mil por pagamento dos tributos federais (Pis e Cofins) incidentes sobre as notas de débito emitidas. No entanto, após diversas “rodadas de negociação”, não foi possível se chegar a um acordo para resilição dos Contratos de Fornecimento, tendo a PETROBRAS emitido Notificação Extrajudicial de Cobrança em face da CIGÁS, o que levou esta Companhia a ajustar uma Ação contra a PETROBRAS e a USINA XAVANTES requerendo, em face da PETROBRAS, por sua vez, requereu a prolação de Sentença parcial, no sentido de declarar a perda superveniente do objeto da Ação em relação a si, diante de hipotética falta de interesse da CIGÁS e do Estado do Amazonas. Tão logo tomou ciência do Recurso, a CIGÁS e Estado do Amazonas apresentaram manifestação, rebatendo pontualmente todos os argumentos alegados pela PETROBRAS. Nada obstante, o Desembargador Relator proferiu decisão acolhendo preliminar de exceção de incompetência em relação à Justiça Amazonense para análise e julgamento do recurso e da Ação originária. Contra essa decisão, foram opostos Embargos de Declaração pela CIGÁS e a XAVANTES, por sua vez, requereu a prolação de Sentença parcial, no sentido de declarar a perda superveniente do objeto da Ação em relação a si, diante de hipotética falta de interesse da CIGÁS e do Estado do Amazonas. Ressalta-se que, em dezembro de 2024, foi proferida nova decisão pelo juízo de piso que, acolhendo Embargos de Declaração opostos pela CIGÁS e o Estado do Amazonas, entendeu pela fixação da competência do juízo de Manaus para processar e julgar o feito. Até 31 de dezembro de 2024, a decisão não foi publicada. Em 16 de janeiro de 2024, a CIGÁS apresentou, juntamente com o Estado do Amazonas, Requerimento de Arbitragem, à Câmara do Comércio Internacional - ICC, tendo por Requeridas as empresas PETROBRAS e XAVANTES, com o objetivo de que a Corte julgasse precedente as seguintes pretensões: (i) Reconhecer e declarar a coligação entre os Contratos Upstream (PETROBRAS-CIGÁS) e Downstream (CIGÁS-USINA XAVANTES), objeto do procedimento arbitral; (ii) Reconhecer e declarar a ineficácia e inexistência das obrigações de pagamento de valores a título de encargos, de preço contratual (take or pay ou ship or pay) ou de sanções/multas por mora ou inadimplemento fixados nos contratos upstream e downstream, por decorrência da Euplura na cadeia de fornecimento de gás natural para geração de energia elétrica provocada pela USINA XAVANTES e da extinção prematura do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados (CCESI), celebrado pela USINA XAVANTES com a AMAZONAS ENERGIA; (iii) Condenar a PETROBRAS na obrigação de não fazer consistente, no impedimento de que realize cobranças de valores, em face da CIGÁS, fundadas em cláusulas ou disposições constantes do contrato upstream; (iv) Condenar a PETROBRAS na obrigação de não fazer consistente, no impedimento de que promova a inscrição da CIGÁS, em cadastros de inadimplência ou de débitos não quitados, no CADIN, SERASA e correlatos) por decorrência do não pagamento de encargos, de preço contratual (take or pay ou ship or pay) ou de multa por inadimplemento fixados no contrato upstream; (v) Reconhecer e declarar a responsabilidade da USINA XAVANTES pelos danos causados em consequência da extinção prematura que promoveu da relação contratual coligada (contratos upstream e downstream) de fornecimento de gás natural para geração de energia; e									
(vi) Condenar a USINA XAVANTES no pagamento, à CIGÁS, de indenização pelos danos materiais experimentados, em quantia que haverá de ser apurada. Devidamente instaurada a Arbitragem, a PETROBRAS expressou objeção à inclusão de dois contratos distintos em uma mesma arbitragem. E, concedido o prazo para réplica, oportunamente, a CIGÁS e o Estado do Amazonas, apresentaram manifestação de maneira a justificar a necessidade de manter a arbitragem uma, considerando o caráter coligado da relação contratual. No entanto, a Corte decidiu pelo prosseguimento da Arbitragem em relação a apenas uma das Requeridas, onde a Cigás optou por escolher a Petrobras. A Corte também definiu como sede da arbitragem a cidade de Brasília/DF. Apesar da CIGÁS ter, em várias oportunidades, manifestado objeção à definição do Distrito Federal como sede, em detrimento de Manaus/AM, o pleito quedou-se indefinido. Passou-se, então à deliberação da composição do Tribunal Arbitral, onde foi definido que as Partes, em mútuo acordo, indicariam os nomes dos coarbitros e estes indicariam entre eles, o presidente do Tribunal Arbitral. A Dra. Renata Steiner foi a escolhida para a função de presidente. A arbitragem ainda está na fase inicial. Nesse interim, a Cigás protocolou pedido de reintegração da Xavantes à arbitragem.									
2. Resumo das políticas contábeis materiais									
2.1. Declaração de conformidade									
As Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as Orientações emitidos pelo Conselho de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes. A Administração declara que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Contábeis, são evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.									
2.2. Base de elaboração									
As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, os quais são mensurados por seus valores justos.									
2.3. Novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados como Normas Brasileiras de Contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)									
2.3.1. Normas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e alterações que estão vigentes, previstas nos:									
Pronunciamentos Técnicos nº 22, com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41, conforme citados abaixo:									
Alterações									
1. Altera o item 53 no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios;									
2. Altera o item 23 no CPC 27 – Ativo Intangível;									
3. Altera a letra (a) do item 6 no CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos;									
4. Altera o item 34 no CPC 41 – Resultado por Ação.									
Pronunciamentos Técnicos nº 23, com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2), conforme citados abaixo:									
Alterações									
1. Altera a letra “d” do item 69 e os itens 70, 71, 73, 74 e 76, inclui os itens 72A, 72B, 75A, 76ZA, 76A, 76B, 139B e 139V e inclui subitulos antes dos itens 70, 71 e 72A no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis;									
2. Inclui os itens 102A, CID, C20E e seu subtítulo e altera o item C2 no CPC 06 (R2) – Arrendamento.									
Pronunciamentos técnicos – nº 24, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1), conforme citados abaixo:									
Alterações									
1. Inclui os itens 4A, 88A a 88D e 98M, e exemplos ilustrativos após o item 88D no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro;									
2. Inclui os itens 44F a 44H e os títulos relacionados e os itens 62 e 63 no CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa;									
3. Inclui o item 44JJ e altera o item B11F do Apêndice B no CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.									
A Companhia avaliou as alterações e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações contábeis.									
2.3.2. Novas normas que ainda não entram em vigor									
2.3.2.1. Alterações de Pronunciamentos técnicos									
Pronunciamentos técnicos – nº 26/2024 - Este documento de revisão apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderências com as normas contábeis internacionais.									
A Administração está avaliando os impactos das revisões das normas acima nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Nossa expectativa é de que não haverá efeitos significativos decorrentes da adoção.									
2.3.2.2. Moeda funcional e de apresentação									
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações contábeis comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reapresentadas devido a ajustes na classificação contábil de determinadas contas, não observadas durante auditoria do referido exercício. As alterações envolveram a reclassificação de saldos entre o circulante e não circulante, abrangendo as rubricas de Contas a Receber, Créditos Contratuais, Fornecedores, Impostos Diferidos e Obrigações Contratuais.									
Dessa formação									

-continuação

gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do Balanço.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Impairment)

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes correspondentes práticas contábeis, bem como em notas explicativas.

A Companhia reconhece uma perda de crédito esperada, quando identificada a necessidade, para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos ou como contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, entre outros.

Os passivos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do Balanço.

Ativo e Passivos financeiros Desreconhecimento (baixa)

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre esse ativo.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em bases líquidas do ativo e passivo simultaneamente.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

2.9. Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pela Companhia como parte do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Combustível Canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público (ou livre prestado), de acordo com as disposições do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPG 05 - Contrato de Concessão.

E avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão, em -janeiro de 2040, de acordo com o item 42 do OCPG 05 - Contratos de Concessão. Vide nota explicativa nº 9.

2.10. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.12. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que todas as prováveis que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável; de que não há envolvimento contínuo com os bens vendidos; e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional.

A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

I. Identificação do contrato;

II. Combinação de contrato;

III. Modificação de contrato;

IV. Identificação de obrigação de performance; e

V. Satisfação de obrigação de performance.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos, distribuição de gás e correlatos é reconhecida quando os produtos são entregues e o cliente tem o controle do ativo.

2.12.1. Receita e custo de construção

A Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece que o concessionário de serviços públicos deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na distribuição de gás canalizado. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição e comercialização de gás canalizado; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alicance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de gás canalizado; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção. Vide notas explicativas nº 18 e 19.

2.12.2. Receitas e despesas financeiras

Representam juros, encargos e variações monetárias ativas e passivas, decorrentes de aplicações financeiras, clientes, fornecedores e outros descontos obtidos ou concedidos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social representam a soma dos tributos correntes e diferidos.

2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na Demonstração do Resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões definidas pela legislação fiscal vigente.

2.13.2. Imposto de renda e contribuição social - diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, ao final de cada exercício social, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Contábeis e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Os impostos e contribuições diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, foram reconhecidos tendo em vista o histórico de rentabilidade da Companhia e a análise de recuperação futura desses créditos. Vide nota explicativa nº 22.

2.13.3. Incentivo fiscal do imposto de renda

Conforme Resolução nº 322/2022 e Laudo Constitutivo nº 022/2022, aprovados em 30 de junho de 2022, pelo Conselho de Administração do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Despacho Decisório nº 459/2022, deferido da Receita Federal, em 11 de outubro de 2022, a Companhia usufrui de benefício de redução de 75% do imposto de renda devido, até o ano calendário de 2031.

A Companhia faz jus ao benefício de incentivo fiscal SUDAM para reinvestimentos, conforme estabelece o artigo 24 da Resolução Condel/SUDAM nº 93/2021, mediante o depósito de 30% do imposto devido sobre o 'Lucro da Exploração', acrescido de 50% de recursos próprios, em conta vinculada do Banco da Amazônia - BASA.

De acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, esse incentivo fiscal, categorizado como 'incentivo para investimento', é reconhecido no resultado da Companhia, e ao final do exercício social, o valor é transferido da conta de lucros acumulados para Reserva de Lucros (incentivo fiscal).

2.14. Operações de arrendamento - CPC 06 (R2)

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos, descontados usando uma taxa nominal única, baseada no endividamento da Companhia, que corresponde a aproximadamente a sua taxa média de captação no período (10,20% a.a.).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver mudança nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A assertividade da avaliação da possibilidade de a Companhia poder exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento da Companhia.

3. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

Nas preparações das Demonstrações Contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; (ii) provisão para custos trabalhistas, cíveis e fiscais; (iii) tributações diferidas; (iv) divulgação de instrumentos financeiros; e (v) perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionados à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalente de Caixa	5.003	2.540
Aplicações Financeiras	225.192	190.682
Total	230.195	193.222

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, são representadas por aplicação de CDB, de curto prazo, remunerada à taxa média de 100,38% do CDI. As aplicações possuem alta liquidez, sem risco de variação significativa do principal.

A Administração efetuou o estudo do valor justo das aplicações financeiras e não identificou variações significativas determinadas por meio do modelo de negócios da Companhia, fato pelo qual não apresenta a comparação entre o valor de custo amortizado e o valor justo, visto que ambos são relativamente próximos.

4.2. Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Carta fiança Garantia Não Térmico	7.363	7.839
Reinvestimento SUDAM	35.927	21.163
Carta de Pagamento	778	714
Total	44.068	29.716

Os saldos classificados como aplicações financeiras referem-se a:

(i) Carta Fiança em garantia contratual do segmento não térmico, cláusula 6.4, no valor de R\$ 7.363 (em 2023, 7.839);

(ii) Depósito para Reinvestimento de incentivo junto à SUDAM, no valor de R\$ 35.927 (em 2023, R\$ 21.163);

(iii) O valor de R\$ 778 (em 2023, R\$ 714) refere-se ao saldo remanescente da conta de pagamento previsto no Contrato OC 1902;

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Amazonas Distribuidora de Energia S.A	2.181.403	(Reapresentado)
Amazonas Distribuidora de Energia S.A - CCD 2014 (a)	32.961	2.215.414
Eletronorte	-	461.460
Outros	17.374	9.724
PCE - Perda de Crédito Esperada	(242)	(952)
Total	2.231.496	2.703.425

Circulante	58.195	459.190
Não circulante	2.173.301	2.244.234
Total	2.231.496	2.703.425

(a) conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, os valores a receber relativos ao Instrumento de Confissão de Dívida (CCD 2014), celebrado entre a PETROBRAS e a Amazonas Energia, com a intervenção da ELETROBRAS, correspondentes à parcela 120ª, a vencer em janeiro de 2025, está classificado como ativo circulante. O saldo do contas a receber está representado pela composição abaixo demonstrada por idade de vencimento.

Clientes	A vencer	0 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90	Total
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	8.102	-	-	-	2.173.301	2.181.403
Confissão de Dívida - CCD 2014	32.961	-	-	-	-	32.961
Eletronorte	-	-	-	-	-	-
Outros	17.132	-	-	-	242	17.374
PCE - Perda de Credito Esperada	-	-	-	-	(242)	(242)
	58.195	-	-	-	2.173.301	2.231.496

Por força dos contratos de compra e venda de gás, item 10.7.2, do 5º Aditivo ao Contrato OC 1902/2006, após transcorrido um dia do vencimento, os créditos não recebidos do segmento termelétrico são automaticamente cedidos à PETROBRAS, independentemente da realização de instrumento específico, conforme cláusula 15 do Contrato *Upstream*. As contas a receber do cliente termelétrico Amazonas Distribuidora de Energia S.A. incluem valores vencidos no final do exercício e que já foram cedidos para a PETROBRAS. Para esses créditos, a Companhia não constitui perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, considerando a cessão dos referidos créditos.

5.1. Instrumento de confissão de dívida – 2014

Diante da inadimplência da Amazonas Energia, oporou-se a 'cessão de crédito', conforme previsto no item 10.7.2 do contrato OC 1902/2006. A PETROBRAS e Amazonas Energia, com a intervenção da ELETROBRAS, firmaram, em 31 de dezembro de 2014, o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Carta-Compromisso ("Confissão de Dívida") para que os créditos da CIGÁS, junto à Amazonas Energia, tenham sua cobrança efetuada diretamente pela PETROBRAS. A CIGÁS não participou das tratativas de formalização do referido instrumento, bem como não foi signatária do mesmo. No entanto, tais operações ensejam, para a CIGÁS, obrigações tributárias e financeiras registradas em seu passivo.

6. Créditos contratuais

	31/12/2024	31/12/2023
Ship or Pay - transporte	2.094.544	(Reapresentado)
Preço de retirada de gás	-	2.091.523
Créditos contratuais	180.830	14.503
Take or pay - commodity	131.017	131.017
Penalidade - PRME	930	889
Margem Contratual	16.909	18.111
Take - Não Térmicos	173	559
Total	2.424.403	2.437.431

Circulante	32.367	30.891
Não Circulante	2.392.036	2.406.540
Total	2.424.403	2.437.431

O contrato de compra e venda de gás natural, OC 1.902/2006, firmado entre a Companhia e seu cliente termelétrico, estabelece, na cláusula 3, um volume mínimo de compra diária de gás. Caso este volume não seja atingido, o cliente deverá pagar, à Companhia, a diferença entre o valor mínimo contratado e o efetivamente consumido, conforme cláusula 9.2.

6.1. Obrigações nas operações de venda de gás

O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente Eletronorte, estabelece, na cláusula terceira, um volume mínimo de compras diárias de gás. Caso este volume não seja atingido, a Eletronorte, deverá pagar, à Companhia, a diferença entre o valor mínimo contratado e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação, no prazo de 60 meses seguintes ao ano contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos e não retirados e/ou consumidos, a título de *take or pay*, em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual.

Em 31 de dezembro de 2024, os valores relativos à parcela do gás (*take*), do transporte (*ship*), da *margem* e da *penalidade* PRME, cobrados por meio da emissão de 'Cartas de Débitos', montam R\$ 2.424.403 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 2.437.431).

7. Impostos e contribuições a recuperar

A seguir, o detalhamento dos impostos e contribuições a recuperar:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda	18.662	23.701
Contribuição Social	3	2
COFINS	3.385	7.800
PIS	851	1.868
Outros	108	108
Total	23.009	33.481

Circulante	10.451	8.415
Não circulante	12.558	25.066
Total	23.009	33.481

8. Ativo de direito de uso

	31/12/2024	31/12/2023
Dir. de uso - aluguel de bens imóveis	15.679	14.939
(-) Depreciação dir. uso-arrend. imóveis	(5.755)	(4.313)
Total	9.924	10.627

Corresponde aos contratos de locação de bens imóveis da Sede e do Depósito Fechado firmados, prorrogados ou renovados pela CIGÁS, na figura de locatário (arrendatário), registrados a valor presente. Em consonância com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o ativo do direito de uso será depreciado com base no prazo do contrato de arrendamento e/ou locação.

9. Intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Rede de distribuição - tubulações	257.678	215.577
Edificações e benfeitorias	3.330	3.097
Máquinas e equipamentos	1.447	1.743
Móveis e utensílios	350	376
Equip. de processamento de dados	680	717
Software	707	999
Obras em andamento	76.413	83.936
Estoque de imobilizado	1.299	2.424
Total	341.904	308.870

Esses ativos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são compostos como segue:

	%	2023	Adições	Transferências	Amortização	Baixas	2024
Rede de Distribuição - Tubulações	64,00%	224.010	195	50.593	(17.085)	(34)	257.679
Edificações e Benfeitorias	64,00%	3.090	498	8	(224)	(42)	3.330
Máquinas e Equipamentos	10,00%	1.589	181	(15)	(300)	(7)	1.448
Móveis e Utensílios	6,67%	376	45	-	(69)	(3)	349
Equip. de Processamento de Dados	2,00%	727	189	(13)	(222)	-	681
Software	20,00%	999	-	-	(292)	-	707
Veículos e Equipamentos de Transporte	10,00%	-	-	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	75.727	49.210	(48.524)	-	-	76.413
Estoque de Imobilizado	-	2.544	1.021	(2.048)	-	(28)	1.299
Total	-	308.872	51.339	-	(18.192)	(114)	341.904

O Contrato de Concessão para exploração dos serviços públicos de gás combustível canalizado, celebrado em 18 de novembro de 2002, entre o Poder Concedente e a CIGÁS (Concessionária), com término em 31 de janeiro de 2040, regulamenta os serviços públicos em tela da seguinte forma:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Extinta a concessão, reverterem-se, ao Poder Concedente, todos os bens e serviços vinculados à infraestrutura, mediante pagamento de uma indenização, prevista na cláusula 20.2 do contrato que estabelece indenização aos investimentos realizados nos últimos 10 anos anteriores ao término do contrato, corrigidos monetariamente pelo IGP - Índice Geral de Preço;
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias que devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, são atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores.

A infraestrutura construída para operacionalização da atividade de distribuição de gás, cujo valor está representada pelo Ativo Intangível da Companhia, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, que será recebida diretamente do Poder Concedente, conforme cláusula 20.2 do Contrato de Concessão.

Essa indenização, pelo Poder Concedente, será efetuada com base nas parcelas dos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da Concessão (31 de janeiro de 2040) atualizadas monetariamente, conforme os critérios especificados no Contrato de Concessão.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença entre as Normas contábeis e fiscais relativas aos ajustes oriundos da adoção inicial da Lei nº 12.973/2014 (RTT - Regime Tributário de Transição), a qual está refletida nas apurações do lucro tributável até o final da Concessão.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de dezembro de 2010 e, a partir desse mês, também iniciou a amortização do Ativo Intangível pelo prazo da Concessão.

9.1. Análise do valor recuperável dos ativos (Impairment)

Foram realizados os cálculos do valor recuperável dos ativos, de acordo com o CPC 01 (R1) (IAS 36) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TG 01). Não foram identificadas evidências que requeressem ajustes decorrente de perda por redução do valor de recuperação dos ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

10. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A - CCD (a)	32.961	(Reapresentado)
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A	2.706.048	2.654.399
Outros	2.342	2.939
Total	2.741.351	3.118.798

Circulante	53.012	416.508
Não Circulante	2.688.339	2.702.290
Total	2.741.351	3.118.798

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, os valores a pagar relativo à parcela 120a da Confissão de Dívida, celebrada entre a PETROBRAS e a Amazonas Energia, com a intervenção da ELETROBRAS, em 2014, está classificados no passivo circulante.

11. Obrigações contratuais

	31/12/2024	31/12/2023
Ship or Pay - transporte	1.947.068	(Reapresentado)
Obrigação de fornecimento de gás	-	14.795
Obrigações Contratuais	171.553	171.554
Take or Pay - commodity	115.862	115.862
Penalidade - PRME	926	774
Total	2.235.409	2.253.826

Circulante	235.136	267.599
Não circulante	2.212.273	2.227.068
Total	2.235.409	2.253.826

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 e devido ao contrato reflexo de venda de gás ao segmento térmico, em 2006 a Companhia também assinou contrato de compra de gás natural firmado com o seu fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS que estabelece, na

cláusula 9, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso esse volume não seja atingido, a Companhia deverá pagar, à PETROBRAS, a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido.

O contrato ainda assegura o direito de recuperação, em volume, dos valores pagos, a título de "*Take or Pay*", em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra.

Em 31 de dezembro de 2024, os valores relativos à parcela do gás (*take*), do transporte (*ship*) e da penalidade PRME, cobrados por meio da emissão de Cartas de Débitos, correspondem a R\$ 2.235.409 (31 de dezembro 2023, R\$ 2.253.826).

12. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Participação nos Lucros e Resultados	2.907	2.391
Férias e encargos	2.549	1.976
Salários a pagar	25	15
IRRF	453	393
NSS	129	439
FGTS	129	110
Outras obrigações sociais e trabalhistas	50	74
Total	6.678	5.397

13. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
PIS a Recolher	1.752	662
COFINS a Recolher	8.145	45.456
Imposto de Renda a Pagar (a)	22.535	19.314
CSLL a Pagar	3.181	3.339
Outras	2.686	3.073
Total	38.299	29.504

Circulante	15.764	10.190
Não Circulante	22.535	19.314
Total	38.299	29.504

(a) IRPJ para reinvestimentos, conforme estabelece o artigo 24 da Resolução Condel/SUDAM nº 93/2021.

14. Convênio Eletrobras

	31/12/2024	31/12/2023
Juros Provisionados	56.880	56.724
Principal	54.128	54.128
Encargos Moratórios	32.175	32.175
Total	143.183	143.026

Em 11 de dezembro de 2006, a Companhia assinou um 'Convênio de Cooperação Técnico-Financeira' (ECV-205/2006) junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETRÓBRAS, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. O objetivo deste Convênio consistiu na viabilização, por meio de participação técnica e financeira, do projeto e implantação de Ramais Termelétricos, para a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas com a utilização do gás natural, em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de óleo combustível e a redução da emissão de monóxido de carbono e a redução dos custos da CCC-Isol.

O referido instrumento prevê que os valores aportados pela ELETRÓBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras devem ser reembolsados, pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (atualmente Eletronorte), a partir do início da operação comercial dos ramais termelétricos que atendem aos Produtores Independentes de Energia. Assim, da receita líquida auferida com o recebimento das parcelas dos Ramais Termelétricos, 70,74% deste valor será reembolsado durante o período de 96 meses para a Eletrobras. Conforme previsto no 'Convênio de Cooperação Técnico-Financeira' (ECV-205/2006), a data de conclusão era o mês de novembro de 2018.

No período compreendido entre dezembro de 2018 e outubro de 2019, não houve a cobrança das referidas parcelas dos Ramais pela ausência de homologação pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica do novo valor da parcela dos Ramais Termelétricos. Em novembro de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.637, de 12 de novembro de 2019, da ANEEL, que possibilitou à CIGÁS a realizar a cobrança dos valores pertinente à parcela dos Ramais Termelétricos durante o período compreendido entre julho de 2019 e maio de 2025, visando o reembolso dos valores aportados para implantação dos ramais.

As amortizações do saldo a pagar do Convênio ELETRÓBRAS, no valor de R\$ 141.193, dependem da adimplência da Amazonas Energia em relação às liquidações das parcelas vencidas do consumo pelos Produtores Independentes de Energia e o montante remanescente de R\$ 1.990 refere-se a títulos da Eletronorte a vencer.

15. Passivo de arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos a pagar	11.926	12.800
(-) Juros a transcorrer-Arrendamento	(1.740)	(2.075)
Total	10.186	10.725

Circulante	1.238	1.148
Não Circulante	8.948	9.578
Total	10.186	10.725

O valor refere-se às obrigações junto a arrendadores e/ou locadores decorrentes dos contratos de locação de bens imóveis da Sede e Depósito Fechado, firmados pela CIGÁS na figura de locatário (arrendatário), registrados a valor presente, em consonância com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital Social

	31 de dezembro de 2024		
--	------------------------	--	--

...continuação

Contingências Possíveis			
	31/12/2024	31/12/2023	
Trabalhista/Cível	37.879	51.483	
Tributário/fiscais	9.780	9.351	
Total	47.659	60.834	

17.1 Processos e/ou ações trabalhistas e cíveis

A PCCM Construção e Montagem Ltda. ("PCCM") foi contratada, pela CIGÁS, para prestação de serviços de consolidação do projeto básico e executivo, construção, montagem, condicionamento, testes e comissionamento na rede de distribuição de gás natural e elementos de redes referentes aos ramais industriais do empreendimento intitulado de ramais industriais Aparecida - Fase I, na Cidade de Manaus/AM, incluindo o fornecimento de materiais e serviços. Em face da inexecução contratual, por parte da referida empresa (abandono do canteiro de obras, não pagamento de funcionários e outros), a Companhia formalizou o distrato do referido contrato, em outubro de 2012. Diante do não cumprimento das obrigações trabalhistas pela PCCM, os funcionários daquela empresa, moveram ações trabalhistas, nas quais a CIGÁS fora chamada na qualidade de "litisconsorte", em face de eventual responsabilidade subsidiária a ser verificada pelo Juízo. Situação semelhante se deu em relação à empresa TECMASTER SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., contratada via licitação para prestar serviços de construção, montagem, testes e comissionamento e operação assistida, com tubulação em aço carbono, incluindo a instalação e partida das Estações de Medição e Regulagem de Pressão (EMRP), cujo contrato foi rescindido unilateralmente, pela CIGÁS, no ano de 2021, em decorrência de inexecução da contratada, gerando assim demandas trabalhistas em desfavor da CIGÁS, que foi acionada subsidiariamente por vários ex-empregados da TECMASTER.

O valor das ações trabalhistas e cíveis que os assessores jurídicos da Companhia avaliaram como "provável" perda, em 31 de dezembro de 2024, monta R\$ 36 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 381).

Outros processos de natureza trabalhista e cíveis foram considerados pela Administração da Companhia, juntamente com a opinião de seus assessores jurídicos, como sendo de "possível" perda, e que, portanto, não foi reconhecida provisão para contingências no passivo, em 31 de dezembro de 2024, montam R\$ 37.879 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 51.483).

17.2. Processos e/ou ações Tributárias - Honorários de êxito

A Companhia se defende de "Auto de Infração" lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) relativo ao não recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), incidentes sobre os depósitos efetuados pela ELETROBRAS em decorrência do "Convênio ECV" nº 205/2006; os quais são considerados indevidos pela Administração da Companhia e pelos seus consultores jurídicos.

Os honorários advocatícios sobre esses processos foram acordados com os consultores jurídicos da Companhia como sendo um percentual do valor do Auto, caso a Companhia obtenha êxito, isto é, "honorários de sucesso". Devido ao fato de a Companhia e os seus consultores jurídicos classificarem tais causas como "possível" de perda, a Administração constituiu provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais, para 31 de dezembro de 2024, montam R\$ 293 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 281).

17.3. Processos e/ou ações Tributárias - Ações judiciais - PIS e COFINS

A CIGÁS, com base no reconhecimento do direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS incidentes sobre as suas operações, consoante "Repercussão Geral" já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal - STF, interpôs ação judicial em Mandado de Segurança, sob o nº 1016699-23.2019.401.3200, em trâmite na Justiça Federal.

No que se refere ao processo em tramitação na Justiça Federal, a Companhia já obteve o reconhecimento de seu direito em 1ª Instância, tendo, contudo, sido interposto "recurso de apelação" pela Fazenda Nacional. A referida Ação se encontra aguardando Eligimento pela 8ª Turma do TRF-1.

A Companhia visando o reconhecimento do seu direito à desoneração do PIS e COFINS incidentes nas vendas realizadas para a Zona Franca de Manaus, ajuizou novo processo (Ação Ordinária nº 1004358-91.2021.4.01.3200), em trâmite na Justiça Federal.

A CIGÁS já obteve o reconhecimento do seu direito nas 1ª e 2ª Instâncias, bem como no Superior Tribunal de Justiça – STJ; estando em curso a sua remessa para o Supremo Tribunal Federal – STF, para processamento e julgamento do Recurso Extraordinário. Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos judiciais, realizados pela Companhia, em decorrência dos referidos processos/ações montam o valor de R\$ 930.348, classificados no Passivo Não Circulante (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 624.878).

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos de natureza tributária, que em 31 de dezembro de 2024, montam o valor de R\$ 9.780, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 9.351), mas que, com base na opinião de seus assessores jurídicos, as chances de perda são "possíveis"; razão pela qual não se reconheceu qualquer provisão no Balanço Patrimonial do exercício de 2024 e 2023.

17.4. Ativos contingentes

17.4.1. Construtora LJA

A Construtora LJA Ltda. foi contratada pela CIGÁS para efetuar a construção dos ramais termoeletrônicos, entretanto houve rescisão do contrato entre as partes devido à não entrega de tubos adquiridos pela CIGÁS. A Companhia move uma Ação contra a Construtora. Em 31 de dezembro de 2024, o valor da referida Ação está estimada em R\$ 22.108 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 21.227).

O direito da Companhia já foi reconhecido judicialmente, estando o processo/ação em fase de execução dos valores; todavia, considerando que restou infrutífera a busca de bens em nome da empresa executada, a CIGÁS ingressou com "medidas incidentais", em 2017 e 2021, para desconsideração da personalidade jurídica, com vistas a garantir o valor da execução utilizando-se dos bens dos sócios da Construtora LJA Ltda. Estas ações estão atualmente em curso.

17.4.2. Ação judicial - Consumo REMAN

A Companhia move uma "Ação de indenização" contra as empresas Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS REMAN, no montante de R\$ 58.923, devido ao fornecimento de gás natural diretamente da PETROBRAS para a PETROBRAS REMAN, violando o direito de exclusividade da CIGÁS para o fornecimento de gás canalizado no Estado do Amazonas.

Em 19 de agosto de 2014, o Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual determinou a transferência, para a conta bancária de titularidade da CIGÁS, do montante de R\$ 63.191, a título de indenização por essa aquisição direta pela PETROBRAS/REMAN. O Juízo também determinou que a PETROBRAS transfirisse mensalmente, à CIGÁS, o valor do respectivo consumo. Essas transferências vinham ocorrendo desde setembro de 2014, com base nos volumes apurados pela PETROBRAS S.A. e PETROBRAS REMAN, contudo, desde o consumo de dezembro de 2022, os pagamentos encontravam-se indevidamente suspensos pela Refinaria. No entanto, a CIGÁS e a Refinaria de Manaus S.A transacionaram, e com isso foi assumida, a obrigação de pagar, a margem de consumidor cativo industrial até que a Refinaria obtenha regularmente a titulação de sua condição de "consumidor livre" no Estado do Amazonas. Ante o mencionado acordo, a Refinaria pagou à Companhia, o valor de R\$ 33.000, correspondente à contraprestação devida em razão do consumo de gás havido no período compreendido entre dezembro de 2022 e maio de 2024. Contudo, atualmente a Refinaria encontra-se em "parada programada", cuja previsão de retomada do consumo do gás se dará no mês de maio de 2025.

Ressalta-se ainda, o pagamento do valor incontroverso de R\$ R\$ 38.062, da PETROBRAS à CIGÁS, referente às parcelas vencidas e não pagas pela primeira, decorrente do consumo de gás no período de julho de 2013 a abril de 2014, cujo montante se encontrava assegurado mediante apólice, que foi convertida em "pecúnia", a pedido a CIGÁS. A Companhia outorgou quitação para a parcela da margem referente ao consumo de novembro/2022, o pagamento foi realizado pela ATEM em dezembro/2022 no valor de R\$ 1.523. A informação de outorga da quitação consta na cláusula sexta, parágrafo primeiro, do Termo de Transação assinado pela CIGÁS e Refinaria de Manaus (ATEM) em 28 de junho de 2024.

Considerando que ainda não houve o trânsito em julgado da Ação, a Companhia provisionou este montante até o momento em que o processo estiver finalizado (transitado em julgado). Tais valores são atualizados pelo IPCA, mesmo indexador utilizado para a atualização da tarifa anual do gás térmico, considerando o volume consumido pela REMAN.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo deste processo devidamente atualizado é de R\$ 312.692 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 262.109).

17.5. Depósitos Judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
Petrobrás	791.375	739.402
PIS e COFINS	905.580	598.971
Total	1.696.955	1.338.373

17.5.1. PETROBRAS

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 791.375 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 739.403) correspondente a "depósitos judiciais" dos valores, refere-se à transferência da "Conta de Pagamento" para a Ação Judicial nº 0616259-11.2015.8.04.0001, que reconhece o direito da CIGÁS de utilizar os recursos depositados na referida Conta para quitação de suas obrigações contratuais.

17.5.2. PIS/COFINS

Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos judiciais, realizados pela Companhia, em decorrência dos referidos processos/ações montam o valor de R\$ 905.580, classificados no Ativo Não Circulante (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 598.971).

18. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Receita com venda	3.486.088	3.181.827
Receita de cláusula de take or pay, ship or pay, margem e PRME	400.165	505.728
Receita de serviços de construção (vide nota explicativa nº 2.12.1)	15.568	15.568
Total da receita	3.937.599	3.742.908
(-) Deduções		
PIS sobre vendas	(64.119)	(60.653)
COFINS sobre vendas	(295.334)	(279.370)
Devoluções e abatimentos	(277)	(411)
Taxas regulatórias	(24.832)	-
Total das deduções	(384.561)	(340.434)
Receita líquida	3.553.037	3.402.474

19. Custos dos produtos vendidos e despesas operacionais

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) aprovado pelo CFC como NBC T2 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta-se a seguir o detalhamento e a conciliação das despesas por natureza, apresentadas na Demonstração do Resultado por função:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo do gás vendido	(2.932.140)	(2.694.882)
Custo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº2.12.1)	(51.346)	(55.353)
Custo de cláusulas de take or pay/ ship or pay/ PRME	(351.616)	(443.212)
Amortização do intangível, arrendamento e do diferido	(15.568)	(15.568)
Despesas com pessoal	(31.180)	(26.298)
Serviços de terceiros	(11.490)	(10.186)
Alugáveis	(814)	(704)
Despesas gerais	(5.911)	(5.219)
Perdas de ativo imobilizado (intangível)	-	(174)
Perdas Processo Judicial	-	(378)
Perdas no Recebimento de Créditos	-	(2.739)
Serviços públicos	(915)	(844)
Viagens	(422)	(264)
Material de uso e consumo	(1.164)	(898)
Impostos e taxas	(168)	(3.768)
Outras	(14)	(14)
Total	(3.405.832)	(3.260.498)
Classificados como		
Custo dos produtos vendidos	(3.302.423)	(3.153.662)
Custo dos serviços de construção	(51.346)	(55.353)
Despesas gerais e administrativas	(52.063)	(48.179)
Outras receitas (despesas)	-	(3.305)
Total	(3.405.832)	(3.260.498)

20. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Outras Receitas Operacionais	34.885	1.000
Outras Despesas Operacionais	(4.461)	(4.395)
Total	29.724	(3.305)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com Indenização	34.523	855
Recuperação de Créditos de PECLD	2.573	-
Reversão Provisão p/ Perdas Estim. em Cred. de Liqu. Duvidosa	1.917	-
Reversão Provisão P/ Processos Trabalhistas	636	-
Outras Receitas	311	346
Despesa com penalidade contratual	-	(105)
Outras Despesas	(1)	-
Multas Dedutíveis	(7)	(1)
Doações	(8)	(100)
Provisão P/ Processos Tributários	(13)	(16)
Perdas de ativo Intangível	(44)	(174)
Provisão P/ Processos Trabalhistas	(291)	(119)
PIS - Outras Receitas	(575)	(202)
Perdas Processos Judiciais	(667)	(378)
Provisão p/ Perdas Estim. em Cred. de Liqu. Duvidosa	(1.207)	(764)
COFINS - Outras Receitas	(2.647)	(91)
Perdas no Recebimento de Créditos	(4.777)	(2.739)
Total	29.724	(3.305)

21. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Receita por recebimento em atraso	289	95
Rendimento de aplicação financeira	26.157	31.712
PIS/COFINS sobre a receita financeira	(3.740)	(4.167,00)
Receita atualização Ação PB	51.972	56.001
Outras receitas financeiras	2.020	2.814
Total de Receitas Financeiras	76.698	85.455
Despesa Financeira		
Juro por pagamento em atraso	(289)	-
Encargos Eletrobras	(21.664)	(20.491)
Encargos Remam	(14.043)	(11.575)
Encargos Ação PB	(51.972)	(55.001)
Outras despesas financeiras	(1.105)	(1.306)
Total de Despesas Financeiras	(89.073)	(88.373)
Total do resultado financeiro	(12.375)	(2.918)

A variação do resultado financeiro decorre, principalmente, das atualizações das ações judiciais e do rendimento das aplicações financeiras; ambas possuem como parâmetro a Taxa Selic

22. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

22.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		
Ativos	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	88.925	75.214
Provisão para perda de crédito - Processo LJA	9.311	9.311
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	2.907	2.391
PCE - Perdas de Crédito Esperada	242	952
Depósito Judicial - Ação PIS/COFINS	939.172	633.701
Total das provisões temporárias	1.040.557	721.569

Alíquota combinada de Imposto de Renda e Contribuição Social	34%	34%
---	------------	------------

Imposto de renda e Contribuição Social diferidos s/ provisões temporárias	353.789	245.333
---	---------	---------

Imposto diferido ativo	353.789	245.333
Refere-se aos valores que compõem a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos - Ativo. Vide nota explicativa nº 17.		

Passivos		
	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para Lucros não realizados (a)	86.549	100.854
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (a)	29.427	34.290

Provisões sobre ajustes Lei 12.973/14 (b)	13.786	14.700
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
IRPJ e CSLL sobre ajustes Lei 12.973/14 (b)	4.687	4.998

Imposto diferido passivo	34.114	39.289
--------------------------	--------	--------

Imposto diferido líquido (ativos - passivos)	319.675	206.045
---	----------------	----------------

(a) A Companhia constituiu provisão de tributos diferidos, calculados sobre os lucros e receitas não recebidas nas operações de distribuição de gás para o segmento térmico, de acordo com o artigo 490 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018;

(b) O ajuste foi relativo à diferença entre a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível, conforme nota explicativa nº 9.

Na constituição dos tributos diferidos ativos e passivos, foi utilizada a alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social de 34% para os ajustes que afetam apenas o lucro real (provisões temporárias e lucros). Conforme CPC 32, a entidade deve compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos para apresentação no Balanço Patrimonial.

Efeitos na demonstração do resultado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados no resultado do exercício de 2024 e 2023, conforme abaixo discriminado:

	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------

Constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social ativo	108.455	99.119
--	---------	--------

Constituição/reversão de imposto de renda e contribuição social passivos	5.175	4.865
--	-------	-------

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no resultado	113.630	103.984
--	----------------	----------------

22.2. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Abaixo demonstra-se a composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	164.554	139.057
Alíquotas normais - %	34%	34%
Impostos calculados à alíquota nominal	55.948	(47.279)

Imposto de Renda e Contribuição Social - Adições e Exclusões	(114.277)	(104.481)
---	------------------	------------------

Incentivo fiscal PAT	215	153
Incentivo fiscal Lei Rouanet	200	200

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(169.810)	(151.408)
--	------------------	------------------

Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	113.630	103.984
Incentivo fiscal SUDAM	88.910	76.811

Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	32.730	29.388
---	---------------	---------------

23. PIS e COFINS diferidos

O saldo do PIS e COFINS diferidos, incidentes sobre as receitas de fornecimento de gás natural para o segmento térmico, conforme previsto no artigo 717, Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 e demais legislação aplicável, cujo pagamento, pela Companhia, se dará a partir do efetivo recebimento dos Clientes (regime de caixa), está abaixo demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
	(Reapresentado)	
PIS diferidos	61.822	68.890
COFINS diferidos	284.759	317.313
Total	346.581	386.204

Circulante	1.714	39.577
Não circulante	344.867	346.627
Total	346.581	386.204

24. Partes relacionadas

24.1 Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é representada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Honorários e encargos sociais	2.976	2.710
Total	2.976	2.710

25. Cobertura de seguros

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros firmados pela Companhia:

	Riscos	Valor da cobertura	Vencimento
Responsabilidade civil de administradores		10.000	13/06/2025
Responsabilidade civil geral		25.000	09/06/2025
Responsabilidade operativa de dutos de gás e outros		75.241	11/06/2025

26. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

O risco de redução da rentabilidade decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, conforme detalhada na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Devido às características das operações da Companhia, inerentes ao mercado do segmento de gás natural, ela concentra 91% de suas vendas para um único cliente, que é a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A ("Eletronorte"), para suprimento de gás para 12 termoeletrônicas.

d) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Aging - list Vencidos (dias)						
Descrição	A vencer	0 a 30	31 a 60	61 a 90	Acima de 90	Total
Fornecedores						
Fornecedores	17.811	-	-	-	2.688.237	2.706.048
Outros Fornecedores	2.239	-	-	-	103	2.342
Confissão de dívida - CDD (*)	32.961	-	-	-	-	32.961
	53.012	-	-	-	2.688.339	2.741.351
Convênio						
Convênio Eletrobras	-	-	-	-	143.183	143.183
	-	-	-	-	143.183	143.183
Total	53.012	-	-	-	2.831.522	2.884.534

(*) Conforme notas explicativas nº 5.1, o crédito relativo à CCD foi cedido pela CIGÁS à PETROBRAS. Por força contratual, o saldo devedor será quitado diretamente pela Amazonas Energia para a PETROBRAS.

Conforme notas explicativas nº 1, 5, 6, 10 e 11, devido às características contratuais das operações da Companhia para a distribuição de gás para termelétricas, o contrato de compra e venda de gás é conexo ao contrato de fornecimento de gás. Os valores a pagar à PETROBRAS estão atrelados ao recebimento dos valores correspondentes da Centrais Elétricas do Norte do Brasil ("Eletronorte"), conforme previsão contratual, item 10.7.2, do 5º Aditivo ao Contrato OC 1.902/2006. Após transcorrido um dia do vencimento, os créditos não recebidos da Eletronorte, pela CIGÁS, são automaticamente cedidos à PETROBRAS, independentemente da realização de instrumento específico.

27. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não sofreu alteração. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 16).

28. Transações não envolvendo caixa